

ATA DA 11^a REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CEARÁ MIRIM PREVI.

Aos vinte e um (21) dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro (2024), às 08:30 horas, na sala de reuniões do prédio do Ceará Mirim Previ, teve início a 11^a reunião ordinária do COAD – Ceará Mirim Previ, presentes, a Sra. Maria de Fátima Alves da Silva, Presidente, Paulo Roberto Gomes de França, Vice Presidente, Glicélia Maria de Oliveira, secretária, Wilson Leonardo Bezerra e Márcio da Silva, conselheiros membros. A presente reunião seria conjunta com o Conselho Fiscal, devidamente convocado, cuja pauta será a apresentação do relatório sobre o 12º Congresso de Conselheiros de RPPS, ocorrido de 06 a 08 deste mês, na cidade de Aracaju/SE, em que teve como único participante deste Instituto, o Conselheiro Paulo Roberto Gomes de França, responsável pela apresentação do referido relatório. A Presidente deu início a reunião saudando a todos e em seguida transferiu a palavra para mim, secretária, proferir a leitura da ata da reunião anterior que, lida e achada conforme foi aprovada por unanimidade dos presentes, sendo providenciado o seu encaminhamento ao Diretor Presidente do Instituto, para a devida publicação no portal de transparência da autarquia Ceará Mirim Previ, conforme prever o artigo 4º, inciso X, do Regimento Interno, deste Conselho. A Presidente, iniciando os trabalhos, passou a palavra ao Conselheiro Paulo Roberto Gomes de França, para apresentação do relatório sobre o congresso. Antes, o conselheiro lamentou as ausências dos membros do conselho fiscal na sua totalidade, destacando que todos devem ter compromisso com a função que exercem, representando os servidores efetivos e contribuintes deste Instituto. Se foram eleitos, tem obrigação de fazer jus ao cargo. Por conseguinte, solicitou que esta reunião fosse convertida na reunião ordinária do COAD, já que todos os seus membros estão presentes. A solicitação foi acatada por unanimidade. Na sequência iniciou a explanação sobre o congresso do qual participou, lamentando as ausências dos colegas, pois foi de grande proveito o evento, mas infelizmente a direção do Instituto optou por cortar gastos em obediência a um decreto municipal. Em resumo, o Conselheiro disse que as perspectivas para 2025 são boas, no sentido dos investimentos dos RPPS, uma vez que a taxa Selic está em alta, porém com a ADIN aprovada pelo STF, julgando ilegais as cobranças de contribuições extraordinárias de aposentados e pensionistas, ensejará numa demanda de ações judiciais pedindo a restituição dos valores recolhidos ilegalmente, causando prejuízo nas contas dos institutos. Outro fator negativo foi a revogação da obrigatoriedade do regime jurídico único dos servidores públicos, que pode esvaziar os RPPS. Seguindo com a apresentação, citou a Portaria MPS, n. 1.499, de 29 de maio de 2024, que trata do adiamento da obrigatoriedade da certificação dos conselheiros, que agora terá como prazo final o mês de dezembro de 2025, devendo até 31 de julho do próximo ano, os conselhos já terem pelo menos um terço dos seus membros com a certificação, a maioria dos membros do comitê de investimentos e demais dirigentes e ainda de forma obrigatória a certificação do Diretor Presidente do instituto, cabendo ao RPPS propiciar as condições necessárias

para que os mesmos, façam bons cursos preparatórios visando a aprovação. Até o final de julho próximo, o Cadprevi apresentará as situações de capacitações dos conselheiros, membros do comitê de investimento e diretores como “em análise”, não causando qualquer ônus aos respectivos instituto e município, porém a partir de agosto passará a contar como “irregular”, cabendo a direção do RPPS, oferecer nova chances aos conselheiros que não obtiveram aprovação e punir os conselheiros que não fizeram as provas com perda de mandato, desde que conste em norma anterior, que pode ser Lei Municipal ou no edital de eleição dos conselhos. Na sequência, informou ainda que, foi debatido no congresso a obrigação do diretor presidente do RPPS apresentar relatório de final de mandato, para apreciação dos conselhos e que estes devem cobrar com antecedência. Finalizando, citou a preocupação do Presidente da Abipem com a intenção do governo federal em aprovar projeto de Lei no início de 2024, criando um consórcio para gerenciar os RPPS, o que vem tirar toda a autonomia dos institutos, que passarão a ser administrados de forma centralizada. O presidente da Abipem pediu o esforço e união dos que fazem os RPPS, no sentido de conversarem com os deputados federais de suas regiões, pedindo para que não aprovem tal projeto, que não trará nenhum benefício aos institutos. Finalizou agradecendo a atenção de todos e solicitou o envio de memorando ao Diretor Presidente do Ceará Mirim Previ, cobrando a apresentação do relatório de final de gestão, independente que ele permaneça ou não no cargo a partir do próximo ano. O requerimento foi aprovado por unanimidade Não havendo mais nada a tratar a Presidente encerrou a presente reunião e Eu, Gicelci Mauric de Oliveira, Secretária do COAD, lavrei a presente ata que, após aprovação, segue assinada por mim e pelos demais conselheiros presentes.

Ceará Mirim-RN, 21 de novembro de 2024.

Maria de Fátima Alves da Silva
Maria de Fátima Alves da Silva – Presidente

Paulo Roberto Gomes de França
Paulo Roberto Gomes de França – Vice Presidente

Wilson Leonardo Bezerra
Wilson Leonardo Bezerra – Membro

Márcio da Silva
Márcio da Silva - Membro